

“CAMPESINATO, POTENCIALIDADE E PROCESSO” (Reflexões Teóricas)

PAULO BASSANI^a

RESUMO

No presente trabalho procuramos levantar, a nível teórico, algumas considerações sobre a Questão Política do Campesinato. Tentamos demonstrar que sua presença na história, se dá, como agentes capazes, a nível político-organizacional, de levar em frente movimentos sociais com características transformadoras. Nesse sentido o Campesinato, como categoria social, vem demonstrando seu potencial de luta, fortemente presente na sociedade capitalista.

PALAVRAS-CHAVE: *Movimentos sociais; Campesinato; Potencialidade; Processo; Organização; Política.*

1 – A EMERGÊNCIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS: O CAMPESINATO

As ciências sociais, de maneira particular a sociologia, têm demonstrado, nos últimos anos, um interesse especial em investigar e analisar a emergência dos movimentos sociais contemporâneos, observando o significado, conteúdo, organização e própria dinâmica destes movimentos no contexto social. Tal interesse prende-se mais diretamente ao conteúdo político que estes movimentos envolvem, resultantes, em primeira instância, do acirramento das contradições do antagonismo de classes*.

Qualquer análise sobre os movimentos sociais exige que se percorra, antes de mais nada, um caminho teórico que permita circunscrever a emergência dos movimentos sociais face à dinâmica da realidade social. Ou seja, circunscrevê-los dentro de determinados limites históricos e analisá-los a partir das situações históricas concretas e específicas, já que estes movimentos sociais envolvem junto de si uma teorização da realidade social de uma forma histórico-material. Definir uma concepção de sua participação revolucionária, reformista ou até mesmo conservadora, além de exigir que se percorra esta trajetória teórica no sentido de identificar os condicionantes estruturais de caráter

econômico, social e político do movimento camponês, exige, também, a análise da participação político-ideológica de diferentes grupos interessados na condução de um determinado movimento camponês.

MARTINS (1981) já ressaltava esta questão do interesse de diferentes grupos em tutelar o movimento camponês brasileiro, enfatizando que, ao mesmo tempo em que tais grupos poderiam impulsionar o movimento camponês, poderiam também impor-lhe determinados limites.

Neste sentido, abordaremos a questão a partir da ótica de uma articulação entre o modo de produção e a emergência dos movimentos sociais, uma vez que tomaremos como ponto de partida concepção de que os movimentos sociais, de uma maneira geral, tem por origem as contradições da estrutura econômico-social. Isto porque compreendemos o movimento camponês dentro de uma concepção dialética de sociedade, dentro de uma visão da sociedade como um todo**.

O que se tentou evidenciar até aqui é que os movimentos sociais tem sua origem nas contradições econômicas e sociais geradas por um determinado modo de produção^b, que pela sua própria dinâmica estabelece uma divisão do trabalho definindo uma situação de classe a partir

* Lembramos que nossa contribuição não pretende esgotar questões tão candentes como, os processos de organização e a potencialidade revolucionária do campesinato, antes pretende, caminhar no sentido de propor a discussão de algumas questões desta polêmica, deixando em aberto, portanto, este debate para outras e novas contribuições.

** Enfatizamos que nossa análise se dá na observância dos movimentos sociais camponeses Latino Americanos, de maneira especial os brasileiros, do século XX, isto é, camponeses de países sub-desenvolvidos e dependentes porém sob o domínio do modo de produção capitalista.

a. Departamento de Ciências Sociais – CCH/Universidade Estadual de Londrina.

b. Concebemos o modo de produção como “uma categoria teórica para conceber a realidade social como uma totalidade dinâmica, complexa e articulada resultante do inter-relacionamento estrutural parciais e relativamente autônomas: estrutura produtiva, ideológica e jurídico-política. Na estrutura global de um modo de produção, a estrutura produtiva sempre determina qual das três estruturas parciais será mais influente em garantir a reprodução do modo de produção. O que é típico em qualquer modo de produção à sua dinâmica, a maneira como está continuamente reproduzindo suas relações de produção”. FIGUEIREDO, WILMA. **Desenvolvimento Dependente Brasileiro Industrialização, Classes Sociais e Estado**. Zahar, Rio de Janeiro, 1962. pág. 62.

da posição que cada indivíduo ocupa em relação aos meios de produção. Este processo de diferenciação social no modo de produção capitalista mantém-se e reproduz-se através da exploração expropriação e subordinação do homem pelo homem.

A partir da consideração desta abordagem, a caracterização dos movimentos sociais traduz-se como uma forma de organização que envolve o protesto e a luta de uma classe ou categoria social contra as diferentes formas de exploração, expropriação e subordinação a que se vê submetida. Nesse sentido, os movimentos sociais camponeses, objeto de nossa análise, colocando em pauta as discussões sobre a questão agrária e as condições de existência social dos trabalhadores rurais, expressam no plano mais geral as contradições do avanço capitalista no campo e a estrutura de poder que o viabiliza.

Com efeito, podemos constatar ao longo da história latino-americana, através de obras que abordam esta temática^c, que o fator determinante do surgimento de lutas e movimentos sociais é, em primeira instância, a exploração do homem pelo homem através do trabalho. MARX já havia constatado que a história não é senão a história da luta de classes, classes essas permeadas pela relação que cada um ocupa perante os meios de produção. MARX assim nos diz:

“O homem livre e o escravo, o patricio e o plebeu, barão feudal e servo, o mestre de uma corporação e o oficial, em suma opressores e oprimidos, estiverem em constante antagonismo entre si, travaram uma luta ininterrupta umas vezes oculta, abertas outras, que acabou sempre com uma transformação revolucionária de toda a sociedade ou com o declínio comum de classes em conflito”.

(MARX, 1975:58)

É pois, justificável que nos diversos momentos históricos as classes trabalhadoras busquem organizar-se e articulem lutas na defesa de seus interesses. Embora muitas dessas lutas tenham fracassado, representaram mecanismos concretos de reivindicação contra a exploração e opressão a que estavam submetidas. Desta forma, foi a partir do processo de exploração que surgiram estes movimentos sociais.

A América Latina tem apresentado, no último século, uma série de exemplos nos quais a participação do proletariado urbano, dos camponeses, dos setores médios da produção, quer de alianças entre eles, quer de uma forma mais autônoma, têm procurado expressar manifestações de protesto. Esses movimentos tem incluído desde os níveis mais primários e imediatos de interesses, que objetivam conseguir melhores preços para os produtos ou melhores salários para os trabalhadores, até os que colocam em seu programa de ação mudanças estruturais e políticas tendo em vista uma

nova estruturação da sociedade com base na participação ativa e efetiva dos setores produtivos que até então não faziam parte do poder político-econômico dessas sociedades.

2 – O POTENCIAL POLÍTICO E ORGANIZATIVO DO CAMPESINATO

Não é nossa pretensão enumerar aqui os movimentos sociais camponeses ocorridos na América Latina, nem tampouco elaborar uma tipologia visando classificar os movimentos sociais. O que pretendemos é levantar algumas questões que nos parecem pertinentes no que diz respeito ao papel político que o campesinato tem assumido na história do último século, destacando o potencial de organização e luta que possui em seu todo, como atenuante nos quadros das classes subalternas exploradas e expropriadas pelo modo de produção capitalista.

O processo de exploração e expropriação, sob o modo de produção capitalista, dá-se diferentemente no campo e na cidade e a diversidade de formas que assume este processo irá imputar um conteúdo específico a cada forma de organização. Esta resultante origina movimentos sociais específicos, quais sejam: os movimentos sociais urbanos e os movimentos sociais rurais. A este respeito é possível afirmar, com base em MARTINS (1980:20), que

“é sério engano propor a exploração e não a expropriação como eixo principal da questão política no campo, como seria grave erro político colocar a expropriação e não a exploração como eixo da questão política na cidade”.

Aos nos referirmos à questão política, não a estamos entendendo como um sistema de representação partidária eleitoral, pois

“ela abarca todos os canais de representação no plano político e de todas as ações políticas que se dão nos demais planos da realidade político-econômica, político-social, etc. Engloba, ainda, as mediações que se criam entre esses movimentos sociais, quando se institucionalizam, e as autoridades governamentais e não governamentais. Além disso, diz respeito a todas as práticas políticas que se exercem na conquista da hegemonia”.

(WANDERLEY, 1980:125)

Para tanto, prossegue o autor,

“Os movimentos sociais (...) a medida em que vão ampliando seus objetivos e diversificando suas atividades, que seus participantes vão tomando consciên-

^c. Dentre os autores que abordam esta temática sobre este ponto de vista, encontram-se, entre outros, HOBBSAWN, Eric. *Rebeldes Primitivos: Estudos de Formas Arcaicas de Movimentos Sociais nos Séculos XIX e XX*. RJ, Zahar, 1978. HUIZER, GERRIT. *El Potencial Revolucionário del Campesinato en América Latina*. e. ed. México, Siglo XXI, 1976. MARTINS, José de Souza. *Os Camponeses e a política no Brasil*. RJ, Vozes, 1981. ——. *Expropriação e Violência (A Questão Política no Campo)*. São Paulo, Hucitec, 1980. WOLF, Eric. *As Luchas Campesinas del Siglo XX*. Siglo XXI, México.

cia dos problemas e da necessidade de revolvê-los por meio de mudanças estruturais, se colocam frente a questão política”.

Enquanto o proletariado, tanto urbano quanto rural, sofre a exploração pelo capital, o campesinato está submetido ao processo de expropriação pelo capital, sendo este o aspecto definidor do caráter de luta de cada grupo. Nesse sentido, afirma MARTINS (1980:16).

“tanto o lavrador do campo quanto o operário da fábrica são antagonizados e violentados pelo capital, mas de forma diferente. Por isso, dão respostas diferentes ao mesmo adversário”.

Assim, enquanto o praxis do proletariado pode ter como uma de suas metas a luta pela abolição da propriedade privada, a praxis camponesa poderá não ter necessariamente este mesmo caráter. Isto porque as suas condições objetivas, podem levar o camponês a confundir a luta pela terra, “terra de trabalho”, com a luta pela propriedade privada da terra, “terra de negócio”.

SÉRGIO SILVA (1975:27), ao comentar sobre este tema afirma que

“...devido ao atraso relativo do capitalismo no campo os trabalhadores reivindicam para si a propriedade dos meios de produção! É verdade que trata-se, em geral, de uma reivindicação para a propriedade coletiva do solo. Mas é um erro confundir esta reivindicação como reivindicação puramente burguesa. (...) A experiência histórica já demonstrou duas coisas fundamentais: primeiro, a luta pela terra pode, em condições políticas determinadas, constituir-se em força mortal para a sociedade capitalista; segunda, a partir da propriedade privada da terra pelos trabalhadores é possível evoluir para formas de produção socialistas”.

Segundo o mesmo autor é neste sentido que se fundamenta a discussão sobre o potencial revolucionário ou conservador do campesinato. Existe uma controvérsia muito grande no que diz respeito a este tema.

HOBBSAWM (1978:20), por exemplo, afirma que apesar de existir toda uma complexidade referente a esta discussão

“...há pessoas e movimentos que se consideram revolucionários ou reformistas, agem segundo princípios revolucionários ou reformistas”.

Nisto, a caracterização do campesinato como potencialmente revolucionário ou reformista se faz importante, na medida em que

“Os movimentos reformistas ou revolucionários terão, naturalmente um comportamento diferente, desenvolverão organizações diferentes, estratégias, táticas, etc... É necessário portanto ao estudar um mo-

vimento social saber a qual dos dois grupos pertence”.

Acerca do papel que o campesinato tem tido ao longo da história, duas interpretações se contrapõem. A primeira, considera que toda e qualquer reivindicação dos trabalhadores pela propriedade dos meios de produção, em uma sociedade capitalista, é potencialmente subversiva. MARTINS (1980) pode ser situado nesta corrente de interpretação, na medida em que acredita que a luta pela terra representa uma resposta camponesa à incapacidade do capitalismo em absorver uma grande parte da força de trabalho que gera, representando com isso, uma recusa da morte pela fome.

Observa o autor, com relação ao processo de expropriação que vem ocorrendo no meio rural brasileiro,

“ao mesmo tempo em que cresce o número de expropriados e, portanto, a procura de emprego, não cresce na mesma proporção ou até diminui a oferta de emprego”.

(1980:55)

MARTINS vê também um componente revolucionário nesta luta, uma vez que, sendo uma luta contra a burguesia urbana e rural, as quais concentram o poder político e econômico em suas mãos, pode representar um passo adiante na organização das classes subalternas. AZEVEDO (1982:21) também considera o campesinato e os trabalhadores rurais como

“uma força social potencialmente revolucionária capaz de ganhar nitidez e autonomia políticas, em torno de seus interesses de classes dominadas”.

A segunda concepção, definida, entre outros autores, por SOARES (1976), MENDRAS (1976), pode ser considerada como pessimista, pois vê o campesinato sempre submetido, somente podendo ser objeto da história, não constituindo, assim, uma classe potencialmente revolucionária. Concordando, em parte, com esta concepção WOLF (1976), por exemplo, considera que os movimentos sociais rurais nos quais predominam a luta pela terra são reacionários, na medida em que os camponeses desejam apenas a reforma agrária que virá transformá-los em donos dos meios de produção. O camponês, segundo o autor

“poderia levantar-se por terra, mas esta, uma vez ocupada cessaria sua força revolucionária”.

(WOLF, 1976:127)

Um dos elementos enunciados quando da argumentação dos autores que consideram o campesinato como uma classe sem perspectiva de organização e mobilização diz respeito à sua debilidade sócio-política, tornando pouco provável que iniciem lutas de classes independentes. MARX, por exemplo, em o “18 BRUMÁRIO DE LUIZ BONAPARTE”, referindo-se ao campesinato da França, afirmou que

“eles são conseqüentemente incapazes de forçar seu interesse de classe em seu próprio nome seja pelo

parlamento ou por uma convenção. Não podem representar-se têm de ser representados”.

(1978:116)

Existem também argumentações mais específicas no que diz respeito ao comportamento e psicologia dos camponeses, levantando questões como a existência de certas atitudes como desconfiança mútua, força de vínculos familiares, fatalismos, apatia, etc... Porém SOARES (1976:145) demonstra que

“a apatia dos camponeses é menos o resultado da “idiotez” da vida rural, e mais o resultado de políticas concretas desfavoráveis à participação política dos camponeses”.

No entanto, parece-nos mais adequado do ponto de vista teórico-metodológico analisarmos a questão do potencial organizativo e político do camponês a partir do processo de subordinação a que está submetido na estrutura social capitalista. Sendo a subordinação a forma mais expressiva do antagonismo vivido pelo campesinato, a captação deste processo de subordinação possibilitará ao campesinato o entendimento da totalidade, ou ao menos parte, da ordem capitalista que o subjuga e o antagoniza com as classes sociais dominantes.

A partir da captação desta realidade, o campesinato encontra condições potencialmente objetivas, geradas pelas contradições de classe, para lançar um projeto político alternativo capaz de superar a subordinação estrutural que a ordem capitalista lhe impõe. A efetivação deste projeto deverá envolver, necessariamente a organização do movimento camponês, capaz de garantir a sustentação política deste projeto.

Os muitos exemplos de lutas camponesas na América Latina podem apontar a inconsistência das interpretações que negam o potencial de luta camponesa. Com efeito, o campesinato na América Latina esteve presente em todas as revoluções ocorridas, as vezes assumindo a própria vanguarda dessas revoluções (México...) e, outras vezes participando como aliado garantindo o processo revolucionário (Cuba, Nicarágua).

Segundo SOARES (1976:145) dentre esses exemplos históricos de “rebeliões” camponesas.

“...as mais significativas tiveram lugar em épocas em que o Estado não dispunha dos recursos repressivos de que dispõe hoje, o fortalecimento do Estado, cuja escala atual é muito superior a de algumas décadas atrás, em conjugação com a revolução da tecnologia militar, são dados que devem ser tomados em consideração na análise dos movimentos camponeses”.

Porém, esta consideração deve ser relativizada, considerando-se que, se por um lado o Estado se fortalece, por outro os movimentos e lutas camponesas lançam estratégias e táticas alternativas ao caráter repressivo e militarizado assumido pelo Estado.

Desta forma, o campesinato no processo em curso

responde a repressão, ao isolamento, ao esquecimento com novas formas de organização e luta sempre que a realidade exigir.

3 – CAMPESINATO E PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO

Os movimentos sociais camponeses têm sido caracterizados como uma resposta ou reação das classes subalternas do campo às diferentes formas de dominações exercidas pelo capital.

Esta denominação tem se desdobrado em diferentes níveis na subordinação camponesa ao capital através de mecanismo econômico-financeiros, na sua expropriação crescente dos meios de produção com a conseqüente exploração direta da sua força de trabalho e, por fim sua exclusão social e política.

Embora este processo de dominação se realize em diferentes níveis, passa a gerar, nas massas camponesas, uma identidade no sentido de que vivenciam as mesmas condições de submissão. Esta identidade, por sua vez, cria condições necessárias para a formação de uma consciência de classe “possível”, dando ao movimento camponês um conteúdo político-organizativo.

Ainda, que autores, como WOLF (1976), HOBŠBAWM (1978), entre outros, polemizem interpretações teóricas como as mencionadas anteriormente, por negarem a possibilidade de que o movimento camponês possua um potencial organizativo de conteúdo político, chegando muitas vezes a classificar os movimentos camponeses ao longo do século XX como movimentos primitivos e pré-políticos, entende-se que, se o campesinato tem condições político-ideológicas de engrossar o movimento proletário, (este sim considerado como essencialmente político, uma vez que a partir de sua existência social adquire uma identidade de interesses) tem também condições de organizar-se politicamente, buscando através de sua praxis social alcançar determinados objetivos.

Nesse sentido, o movimento camponês pode formar uma organização específica que leve a frente seus interesses e conquiste seu espaço na sociedade. Esta organização estaria, sem dúvida, pautada sobre uma ideologia que definiria um projeto político.

Consideramos mais pertinente para nosso estudo, a definição que SCHERER WARREN (1984) dá aos movimentos sociais, ainda que veja os movimentos sociais sempre como transformadores e com conteúdo progressista, muito embora, a autora não enfatiza a feição reformista ou conservadora que um determinado movimento pode assumir.

Para a autora, os movimentos sociais representam “uma ação grupal transformadora (a praxis) voltada para a realização dos mesmos objetivos (o projeto), sob a orientação mais ou menos consciente de princípios valorativos comuns (a ideologia) e sob uma organização direta ou menos definida (a organização e sua direção)...

(SCHERER WARREN, 1984:20)

Com esta concepção, a autora compreende um movimento social como uma mobilização que tem por base um processo de transformação de uma estrutura social, política e econômica de um contexto histórico-específico.

Porém, conforme colocamos anteriormente, um movimento social pode ser ou não um movimento transformador, ter ou não ter princípios revolucionários. A caracterização de um ou de outro tipo dependerá, antes de mais nada, de procedermos à configuração do movimento social enfocando os setores sociais envolvidos, a forma de organização, as estratégias e táticas utilizadas e, fundamentalmente, o significado dos objetivos pretendidos, a fim de avaliarmos se isto significa um avanço ou retrocesso no desenvolvimento histórico dos homens e das classes subalternas em busca de sua libertação.

Buscamos com estas considerações ressaltar que nem todos os movimentos sociais que emergem de um determinado contexto possuem um caráter transformador. Existem e existiram, historicamente, muitos movimentos sociais de caráter essencialmente conservador; veja-se como exemplo a TFP e a UDR.

Com este intento, passaremos a analisar em separado cada um dos conceitos integrantes do processo de organização dos movimentos sociais: praxis, o projeto, ideologia, organização e direção.

Os estudos de Marx e Engels e dos pensadores de orientação marxista trouxeram contribuições fundamentais em termos teóricos e práticos acerca da análise desses conceitos.

No que se refere a praxis, VASQUEZ (1977), partindo do quadro teórico de Marx, define-a:

“como a atividade material humana transformadora do mundo e do próprio homem. Esta atividade real, objetiva é, ao mesmo tempo, ideal, subjetiva e consciente. Por isso insistimos na unidade entre teoria e prática, unidade que implica em certa distinção e relativa autonomia”.

(VASQUEZ, 1977:04)

KOSIK (1976) também salienta que a praxis não representa apenas um conceito da filosofia moderna, mas uma categoria de teoria dialética da sociedade. Nesse sentido, o autor afirma:

“A praxis do homem não é a atividade prática contraposta a teoria; é determinação da existência humana como elaboração da realidade. A praxis é ativa, é atividade que se produz historicamente — quer dizer que se renova continuamente e se constitui praticamente —, unidade do homem e do mundo, da matéria e do espírito, de sujeito e objeto, do produto e da produtividade”.

(KOSIK, 1976:202)

Assim praxis, a nível teórico, consiste em, através da ação (atividade prática do homem), criar as condições materiais, econômicas e políticas capazes de resolver as

contradições engendradas pela estrutura social capitalista, resultando daí a proposta e constituição de uma sociedade alternativa fundada em novas bases. Disto resulta a concepção de praxis como a atividade individual ou coletiva transformadora da ordem social que pressupõe a existência de objetivos claros e os fins sendo alcançados através de uma efetiva e concreta ação. Portanto, toda a praxis, no que diz respeito aos movimentos sociais, envolve um projeto político.

SCHERER WARREN (1985:15) chama a atenção para estes aspectos salientando que o sentido transformador da praxis só se realiza quando um certo grau de consciência crítica orientar a ação transformadora: “o conceito de praxis apenas terá sentido quando visto como dimensão dos conceitos de projeto, consciência e ideologia”.

Nesse sentido, a análise da praxis política constitui atividade indispensável porque ela reflete a ação concreta do movimento social e revela o seu projeto político, ou seja, o que o grupo ou movimento social pretende modificar na realidade social. Cabe salientar que o projeto

“pode ser uma utopia de transformação, seja o desejo e intento de superação da situação presença ou pode se referir à busca da realização de objetivos mais imediatos do grupo, presentes em termos de cotidiano”.

(SCHERER WARREN, 1984:16)

A ideologia também envolve a estruturação dos movimentos sociais no que se refere a sua sustentação. Seu significado e seu papel nos movimentos sociais têm tido tratamento distinto dentro das correntes marxistas. Podemos apontar pelo menos duas correntes diferentes. A primeira, definida entre outros por Althusser, analisa a ideologia como um conjunto de entidades, instituições e valores, nos quais a manutenção do sistema social constitui o próprio fundamento; o que, no sistema capitalista, favorece a dominação da classe que detém o aparelho de Estado. Nesse sentido, a ideologia, para o autor, vem a ser a forma de mascarar a realidade concreta à classe exploradora e, atua como falsa consciência; ou seja, a ideologia serve para manter o sistema de dominação de uma classe por outra, tendo como uma das funções gerais da ideologia, a reprodução das relações sociais de produção vigentes na sociedade. Assim toda ideologia dominante é a ideologia da classe dominante.

A segunda concepção de ideologia é a dada por Lukács em História e Consciência de Classe, a qual enfatiza o papel da ideologia como consciência social capaz de auxiliar a classe dominada a manifestar-se dentro de uma concepção político-ideológica própria. Lukács percebe que a tomada de consciência do proletariado dependerá de sua maturidade ideológica e de sua consciência de classe.

“Para o proletariado, a sua ideologia não é uma “bandeira” sob a qual combate, pretexto a coberto do qual prossegue os seus próprios fins, antes constitui o próprio objetivo e a arma por excelência”.

(LUKÁCS, 1974:85)

Portanto para o proletariado, bem como as demais classes subalternas, para libertar-se das amarras e das formas capitalistas de pensar e agir a que se encontra submetido pelo meio e pela ideologia burguesa, dependerá da tutela do partido que é considerado por Lukács como a forma organizacional que possui a mais avançada possibilidade objetiva de consciência e ação revolucionária. Desta forma, a ação do partido será introduzir a “verdadeira” consciência de classe, preparando ideologicamente o proletariado, aumentando a sua capacidade de discernir e resolvendo os problemas que lhe impõe a evolução histórica. (LUKÁCS, 1974).

Assim a classe dominada passa a desenvolver uma forma de consciência capaz de lhe revelar as reais condições da vida a que estão submetidas na sociedade burguesa. A tomada de consciência de sua situação de classe servirá então como instrumental de luta política e econômica para a transformação da sociedade.

Gramsci, em *A Concepção Dialética da História*, não foge a esta mesma conceituação de ideologia, na medida em que, ao definir ideologia como “uma concepção de mundo que se manifesta implicitamente, na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações da vida individual e coletiva”, associa-se ao nível econômico de uma classe determinada.

Segundo Gramsci, a ideologia orgânica é a única capaz de desenvolver uma consciência política nas classes oprimidas. Ao estar vinculada e limitada ao nível econômico de uma classe, a ideologia orgânica possibilita às classes subalternas uma conscientização de sua real posição de classe.

Entenderemos, desta feita, ideologia como a visão de mundo de uma determinada classe ou segmento social. Acreditamos abarcar o caráter essencialmente político do termo na medida em que esta “visão do mundo” está condicionada pela situação de classe dos indivíduos. Sendo assim, ideologia e consciência de classe estão intimamente relacionadas.

4 – DIRIGENTES E AS BASES DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Como anteriormente mencionamos, os movimentos sociais nascem do acirramento das contradições econômicas determinadas pelo modo de produção dominante em uma determinada formação social, onde uma classe, um segmento ou setor que se encontrem, de diferentes formas, marginalizados em relação aos bens e à riqueza produzida, organizam criando movimentos com objetivos específicos, onde expressam seu descontentamento frente à sua situação econômica, social e política. No entanto, em sua quase totalidade, os movimentos sociais organizam-se através da ação de um grupo reduzido de pessoas que, com objetivos próprios, definidos ou não, passam a atuar em favor de determinada classe ou fração dela.

Segundo WANDERLEY (1980:123),

“essas pessoas normalmente tomam iniciativas ou são

nomeadas representantes dos interessados, podem pertencer ou não às classes populares. Normalmente também elas são movidas por ideologias ou por posições políticas que conduzem a este tipo de atuação. E muitas vezes elas estão em vários destes movimentos ao mesmo tempo (...). São elas que organizam o movimento e têm uma disponibilidade que as bases não possuem”.

A este respeito, retomamos o pensamento de LÊNIN (1979:18), ao tecer comentários sobre a importância da necessidade de formar conexões entre a teoria e a prática política, bem como sobre o papel da vanguarda na concretização do movimento revolucionário; “Sem teoria revolucionária, não há movimento revolucionário”. Esta teoria revolucionária envolve uma consciência revolucionária que não se caracteriza mais como essencialmente espontânea, visando unicamente a agitação política no terreno econômico, mas uma das condições essenciais para levar a consciência político-revolucionária às massas e revelar uma consciência política que abrange não apenas a instância econômica, mas também a social, política e ideológica. Nesse sentido LÊNIN (1979:55) afirma:

“A consciência da classe operária não pode ser uma consciência política verdadeira, se os operários não estiverem habituados a reagir contra todo o abuso, contra toda manifestação de arbitrariedade, de opressão e de violência, quaisquer que sejam as classes atingidas; (...). A consciência das massas operárias não pode ser uma consciência de classe verdadeira se os operários não aprenderem a aproveitar os fatos e os acontecimentos políticos concretos e de grande utilidade, para observar cada uma das outras classes sociais em todas as manifestações de sua vida intelectual, moral e política; se não aprenderem a aplicar praticamente a análise e o critério materialista a todas as formas da atividade da vida de todas as classes, categorias e grupos da população (...). Pois para conhecer a si próprio de fato a classe operária deve ter um conhecimento preciso das relações recíprocas de todas as classes contemporâneas...”

Por outro lado, LÊNIN considera que a consciência revolucionária não pode chegar ao proletariado e às massas oprimidas sem a existência de um grupo que oriente e dê direção e organização ao movimento. A vanguarda política para LÊNIN constitui-se ponto fundamental do movimento operário.

“A história de todos os países atenta que, pelas suas próprias forças, a classe operária não pode chegar senão à consciência sindical, isto é, à convicção de que é preciso unir-se em sindicatos, conduzir a luta contra os patrões, exigir do governo essas ou aquelas leis necessárias aos operários, etc.”

(LÊNIN, 1979:24)

Nesse sentido, a vanguarda assume papel importante

no processo de conscientização do movimento pois esta, bem preparada, poderá dar condições teóricas aos agentes do movimento no sentido de compreenderem as etapas pelas quais deverá seguir no intento de alcançar o estágio mais desenvolvido do processo revolucionário. Para a obtenção deste intento faz-se necessário exigir uma relação dialética entre a teoria e a prática, entre o trabalho teórico-prático da vanguarda e a participação das bases.

Esta interdependência entre teoria e prática é também evidenciada por GRAMSCI (1978:138), que vê no "intelectual orgânico" o agente capaz de relacionar o conhecimento teórico com a praxis revolucionária das massas. Nesse sentido, Gramsci reforça a importância de uma articulação dialética entre o intelectual e a massa pois, só na medida em que houver intercâmbio de conhecimentos, aspirações, experiências, é que se poderá desenvolver um projeto político de transformação da ordem social vigente. Na medida em que o elemento popular "sente", mas nem sempre compreende ou sabe, o elemento intelectual "sabe", mas sem sempre compreende e, muito menos sente, é necessário uma articulação dialética entre vanguarda e base, entre direção do movimento e suas bases.

A importância de se analisar os diferentes tipos de relações que se estabelecem entre a direção e as bases, reside no fato de que estas relações irão demarcar a forma como avança um determinado movimento. A captação desta relação entre direção e as bases poderá dar-se pelo estudo dos objetivos concretos revelados pela praxis dos movimentos sociais, mesmo que esta seja marcada, em determinados momentos, por recuos e lentos avanços.

Na prática dos movimentos sociais, determinados tipos de relações e inter relações podem ser estabelecidos a partir de uma unidade ou diversidade de interesses de outros movimentos sociais ou outras instituições como partidos políticos, sindicatos, igrejas, associações, pequena burguesia, intelectuais, etc., que podem intervir de maneira isolada ou através de alianças. Esta integração de agentes oriundos de outras instituições ou movimentos sociais estabelece-se em diferentes momentos, podendo assumir diferentes graus de atuação, decisões e orientações diversas do movimento. Normalmente seu envolvimento não está, necessariamente, relacionado a compromissos pré-estabelecidos, isto é, não há determinação por parte dos agentes externos sobre os passos e rumos que o movimento deverá seguir.

No entanto, e certa circunstâncias onde fique explícita a ausência de uma consciência clara dos objetivos visados pelo movimento ou se evidencie o desconhecimento das implicações políticas resultantes de sua praxis, em que o movimento tenta mais a manifestações voluntaristas refletindo assim a debilidade de sua estrutura organizacional, estas instituições ou indivíduos passam a imputar ao

movimento a sua própria visão de mundo, sua ideologia, que pode ou não ser coincidente com a das bases do movimento.

No interior dos movimentos sociais constata-se muitas vezes a existência de dois pólos de discussão quanto a quem cabe a direção do movimento: de um lado enfatiza-se a necessidade única de que tudo deve vir a ser controlado pelas bases. Assim, toda e qualquer elaboração teórica ou prática deve nascer das próprias bases do movimento. Esta postura que reduz ao mínimo a necessidade de liderança para o movimento, definiremos como "basismo".

Já o segundo pólo, enfatiza a necessidade permanente de uma elite intelectual que construa uma elaboração teórica e prática para o movimento, defina o seu projeto, assuma o comando, a direção e tenha os elementos necessários para conscientizar os demais agentes do movimento. Esta postura é entendida como "vanguardismo".

WANDERLEY (1980:113), no que se refere a estas questões, considera que qualquer uma destas posturas (basismo ou vanguardismo), quando levadas ao extremo, podem conduzir o movimento à destruição. A ambigüidade que este extremismo envolve é enfatizado pelo mesmo autor quando ressalta o perigo de cairmos no irracionalismo ao supervalorizarmos o espontaneísmo; ou no vanguardismo e intelectualismo, ao supervalorizarmos a teoria sem uma prática adequada (cientificismo).

A esta problematização sobre as diferentes formas de relacionamento entre as vanguardas e as bases, a teoria e prática dos movimentos sociais, prende-se o fato de buscar o encontro de alguns caminhos, ou pelo menos clarear algumas posturas que têm assumido historicamente agentes que realizam um trabalho social junto aos movimentos camponeses.

Isto porque compreendemos que toda praxis transformadora necessita de uma consciência teórica. Nesse sentido, o trabalho intelectual que pretende ser crítico e transformador não poderá ater-se a uma crítica teórica "pura", "abstrata" e isolada, mas um trabalho que estabeleça uma dimensão unitária entre teoria e praxis, um trabalho que envolva uma inserção na historicidade concreta dos movimentos sociais, constituindo-se desta forma em contributo real e efetivo na praxis social desses movimentos.

Sendo assim, a questão camponesa volta novamente a ser tema de discussões por parte das ciências sociais bem como de grupos e partidos políticos interessados em sua tutela e apoio político, na medida em que creem ou não na potencialidade do campesinato, como agente revolucionário, ou como forte aliado do mesmo processo.

Para finalizar essas reflexões, enfatizamos que a produção científica, teórica, pode estar ligada as lutas concretas, compreendendo os limites e as possibilidades de uma aliança entre o mundo científico e o mundo político, entre a academia e o cotidiano.

ABSTRACT

In the present paper, it was checked at theoretical level, some consideration about the politic question of Rural Organization. It was tried to demonstrate that its presence in history, is considered as able agents at political organization levels, to make social moviments with transformation characteristics. In this sense, the rural organization, as social category, is demonstrating its fighting potential, strongly present in the capitalist society.

KEY WORDS: *Social moviments; Peasant; Potenciality; Process; Organization; Political.*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 -- AZEVEDO, Fernando Antonio. *As ligas camponesas*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- 2 -- GRAMSCI, Antonio. *A concepção dialética da história*. 2.ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.
- 3 -- HOBBSBAWM, Eric J. *Os camponeses e a política; ensaios de opinião*. Rio de Janeiro, Ed. Inúbia, 1978. v.8, p.2-56.
- 4 -- -----, *Revelde primitivos; estudos de formas arcaicas de movimentos sociais nos séculos XIX e XX*. 2.ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- 5 -- KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.
- 6 -- LÊNIN, V.I. *Que Fazer?* São Paulo, Hucitec, 1979.
- 7 -- LUKÁCS, Georg. *História e consciência de classe*. Porto-Portugal, Publicações Escorpião, 1974.
- 8 -- MARTINS, José de Souza. *Expropriação e violência; a questão política no campo*. São Paulo, Hucitec, 1980
- 9 -- -----, *Os camponeses e a política no Brasil*. Rio de Janeiro, Vozes, 1981.
- 10 -- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Manifesto do partido comunista*. Lisboa - Portugal, Editora Avante, 1975.
- 11 -- MARX, Karl. *O 18 Brumário de Luiz Bonaparte e Cartas a Kugelmann*. 4.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- 12 -- MENDRAS' Henri. *Sociedades camponesas*. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.
- 13 -- SCHERER WARREN, Ilse. *Movimentos Sociais; um ensaio de interpretação sociológica*. Cadernos de Ciências Sociais, UFSC 04(01):1983.
- 14 -- SOARES, Gláucio Ary Dillon. *A questão agrária na América Latina*. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.
- 15 -- VASQUEZ, Adolpho Sanchez. *A filosofia da praxis*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- 16 -- WANDERLEY, Luiz Eduardo. *Movimentos sociais populares; aspectos econômicos sociais e políticos. Encontros com a civilização brasileira*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980. pág. 107-132.
- 17 -- WOLF, Eric R. *Sociedades Camponesas*. 2.ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.

Recebido para publicação em 31/10/88